



MUNICÍPIO DE BARRANCOS CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
BARRANCOS, REALIZADA EM
VINTE E QUATRO DE SETEMBRO
DE DOIS MIL E VINTE.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Barrancos e no Salão de Reuniões da Junta de Freguesia de Barrancos, sendo nove horas, estando presentes os(as) senhores(as), João António Serranito Nunes, presidente, Maria Manuela Novalio Lopes, vice-presidente, Dalila Maria Alcario Lopes, (PS), Leonel Caçador Rodrigues (CDU) e José Manuel Côco Rodrigues (CDU), vereadores(as), comigo, Francisco José Pelicano Rúbio, técnico superior, da secção de recursos humanos e administração geral da UAF, servindo de secretário, teve lugar a segunda reunião ordinária deste órgão executivo, relativa ao corrente mês.

ABERTURA DA REUNIÃO: O senhor Presidente, depois de verificar as presenças, declarou aberta a reunião, passando de imediato à apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO REALIZADA EM 10/09/2020: A ata da reunião ordinária do executivo, realizada em 10 de setembro de 2020, atendendo a que foram distribuídas cópias previamente a todos os presentes, foi dispensada a sua leitura, pelo que, o senhor Presidente, a colocou à consideração dos restantes membros, efetuadas as devidas alterações, o senhor Presidente submeteu-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

APRECIÇÃO DO RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA N.º 154 DE 23/09/2020: A Câmara Municipal tomou conhecimento do documento em título, cujo total de disponibilidades à data é de 909.481,20€ (novecentos e nove mil, quatrocentos e oitenta e um euros e vinte centimos), sendo 860.908,83€ (oitocentos e sessenta mil, novecentos e oito euros e oitenta e três centimos) de operações orçamentais e 48.572,36€ (quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta e dois euros e trinta e seis centimos) de operações não orçamentais.

APRECIÇÃO DA RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS AUTORIZADOS E/OU PAGOS NO PERÍODO DE 10/09/2020 A 23/09/2020: A Câmara Municipal tomou conhecimento dos pagamentos efetuados e/ou autorizados no período em título, cujo total de pagamentos efetuados à data é de 185.864,31€ (cento e oitenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e quatro euros e trinta e um centimos) em operações orçamentais.

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE E VEREADORES: O senhor Presidente, deu conhecimento à Câmara Municipal, de vários assuntos, nomeadamente:

1 – Da reunião do Conselho Regional do Alentejo, realizada na CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no passado dia 14 de setembro, onde foi aprovada a Estratégia Regional para a próxima década. Este documento servirá de base e suporte para as negociações dos apoios comunitários.

2 – Dia 18 do corrente mês esteve presente numa reunião na AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo, onde foi discutido com todos os parceiros, o fornecimento de água à população.

3 – Têm continuado as ações de aplicação do projeto PAYT – Recolha seletiva porta a porta dos resíduos sólidos urbanos, tendo sido alterado o calendário de recolha e estando prevista a retirada progressiva dos contentores do centro da Vila, assim como, alteração na faturação da água.

Em termos locais vamos ter de estar atentos à reciclagem, tendo em conta os custos que os resíduos representam para o Município e consequentemente para a população.

A senhora Vereadora, Dalila Lopes, deu conhecimento à Câmara Municipal, de vários assuntos, nomeadamente:

1 – No âmbito do protocolo celebrado com o Centro ABC do Algarve, para dar apoio ao Agrupamento de Escola de Barrancos, foram efetuados os testes ao pessoal docente e não docente, tendo dado negativos todos.

Também foi efetuada uma visita às instalações do Agrupamento por uma equipa de médicos, com vista ao apoio e implementação do Plano de Contingência e sua aplicação, tendo estes demonstrado que o Plano e as regras/circuitos estão de acordo com as exigências da DGS.

Alertaram apenas para o facto de se for detetadas crianças, professores ou funcionários com febre e ou constipados, não devem de frequentar a Escola.

O senhor Vereador, Leonel Rodrigues, referiu que estava prevista a retirada da faturação da água, uma componente dos resíduos. Até ao momento não se sabe o que vai acontecer, pois não há qualquer informação sobre o assunto, vai a faturação continuar igual ou é para aplicar a retirada dessa componente?

O senhor Presidente esclareceu que, só no início do ano irá ser cobrado o saco preto e até lá será passada toda a informação necessária à população.

O senhor Vereador, José Rodrigues, questionou sobre os seguintes assuntos:

1 - Se a limpeza da área urbana vai continuar, ou vai parar devido à previsão de alterações climáticas?

2 - Relativamente aos caminhos rurais e linhas de água, está prevista algumas intervenções antes de chegar o Inverno?

3 - Foi falado em reunião anterior, sobre um projeto para a Mina de Apariz, vai ser realizada alguma intervenção?

O senhor Presidente esclareceu que, continuam as limpezas na área urbana, assim como, quando a equipa de sapadores terminar o período de vigilância, irá dar início à limpeza dos cursos de água, começando pelos pontos mais críticos.

Quanto à Mina de Apariz, tendo em conta que o espaço é privado, foram efetuados contactos com os proprietários e não levantaram qualquer objeção.

Foi contactado o fomento mineiro, para a possibilidade de retirar as amostras que tem ocupando a maioria dos espaços, tendo respondido que não tem nem espaços nem condições para retirar tudo seguido. No entanto, qualquer projeto a implementar nesse espaço, tem sempre de passar por uma candidatura.

Seguidamente tomou a palavra o senhor Vereador, Leonel Rodrigues, solicitando os seguintes esclarecimentos:

Quanto ao Parque Empresarial gostaríamos de saber se existem neste momento interessados e/ou candidaturas pendentes de serem analisadas e/ou pendentes de atribuição de lotes?

Se sim, quantos interessados e/ou quantas candidaturas foram apresentadas e para que lotes?

Por outro lado, se existem candidaturas, estas são apresentadas de acordo com que aviso? E são analisadas tendo em conta qual Regulamento?

A senhora Vice-presidente, esclareceu que há pelo menos duas intenções de candidaturas e projetos, mas candidaturas já formalizadas não existe nenhuma à data atual, apenas intenções de se candidatar.

A senhora Vice-presidente, esclareceu que o aviso é o mesmo, não tendo este sofrido qualquer alteração.

Seguidamente e não havendo mais questões, o senhor Presidente informou que iriam passar à apreciação e votação dos pontos da Ordem de Trabalhos.

ORDEM DE TRABALHOS

Deliberação n.º 107/CM/2020 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DE 15/09/2020, EXARADO NA INF. N.º 36/2020/UAF/SGF, PROPOSTA DA 12ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA ÀS AMR E A 13ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO ANO 2020 DO MUNICÍPIO DE BARRANCOS: Submetido à votação, nos termos do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Barrancos, deliberou por unanimidade, ratificar, o despacho do senhor Presidente de 15/09/2020, exarado na informação n.º 36/2020/UAF/SGF de 14/09, sobre a proposta da 12ª alteração permutativa às AMR – Atividades Mais Relevantes e a 13ª alteração permutativa ao Orçamento ano de 2020 do Município de Barrancos.
(Aprovada em minuta - doc. um da pasta anexa).

Deliberação n.º 108/CM/2020 – APRECIACÃO E DECISÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE POSTO DE TRABALHO ESPECÍFICO INTEGRADO NO PROGRAMA DE EMPREGO E APOIO À QUALIFICAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE: Considerando que:

1. O Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de outubro, alterado pela Lei n.º 24/2011, de 16 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 131/2013, de 11 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 108/2015, de 17 de junho, que criou o Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade, prevê a medida emprego apoiado (artigo 1.º, alínea c).

- 
2. Dentro desta medida emprego apoiado (artigos 38.º e seguintes) encontramos a modalidade de emprego apoiado em mercado aberto (alínea d) do artigo 39.º) consistindo este na (...) atividade profissional desenvolvida por pessoas com deficiência e incapacidade e capacidade de trabalho reduzida, em postos de trabalho em regime de contrato de emprego apoiado, integrados na organização produtiva ou de prestação de serviço dos empregadores, sob condições especiais, (...). (n.º 1 do artigo 54.º).
  3. De acordo com o artigo 56.º, n.º 1, os postos de trabalho em regime de contrato de emprego apoiado, podem ser criados por iniciativa de empregadores de direito público e privado que admitam pessoas com deficiência e incapacidade.
  4. Nos termos do artigo 57.º, n.º 1, os empregadores de direito público que não façam parte da administração direta do Estado que criem postos de trabalho em regime de contrato de emprego apoiado em entidades empregadoras podem beneficiar de apoios financeiros para comparticipação nas despesas com a retribuição e contribuições para a segurança social dos trabalhadores em regime de contrato de emprego apoiado.
  5. De acordo com o artigo 30.º da LTFP, o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal processa-se nos termos desse artigo.
  6. Tendo em conta as normas citadas, afigura-se que, pretendendo-se contratar uma pessoa com deficiência e incapacidade ao abrigo do Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade - Medida Emprego Apoiado em Mercado Aberto, a autarquia poderá contratar o mesmo, devendo, dada a natureza do posto de trabalho, proceder à criação de posto de trabalho específico que não constará do mapa de pessoal nos termos e para os efeitos previstos na LTFP.
  7. Foi aprovada por despacho do senhor Diretor Adjunto do Centro de Emprego e Formação de Beja, a candidatura apresentada pela Câmara Municipal ao IEFP, tendo-lhes sido atribuído o n.º 007/EAAE/20 e sendo comparticipada em 50% da retribuição e contribuições para a Segurança Social da responsabilidade da entidade, até ao limite de 120% do IAS.

Assim face ao exposto, sob proposta da senhora Vice-presidente, Manuela Lopes, a Câmara Municipal de Barrancos, deliberou por unanimidade, aprovas, nos termos do artigo 56.º, do Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de outubro, alterado pela Lei n.º 24/2011, de 16 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 131/2013, de 11 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 108/2015, de 17 de junho, a criação de um posto de trabalho específico que não constará do mapa de pessoal nos termos e para os efeitos previstos na LTFP. (Aprovada em minuta - doc. dois da pasta anexa).

Deliberação n.º 109/CM/2020 – APRECIÇÃO E AUTORIZAÇÃO DO REFORÇO DO DUODÉCIMO PREVISTO NO CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA SAÚDE, CELEBRADO EM 30/09/2011 COM A AH-BVB: Pelo contrato-programa no domínio da saúde, celebrado em 30/09/2011 com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Barrancos (AH-BVB), autorizado pela deliberação n.º 133/CM/2011, de 28/9, procede a CMB à “*comparticipação da assistência médica à população aos fins-de-semana*”.

Decorridos nove anos, veio agora a AH-BVB a ser confrontada com a alteração legislativa que aplica o pagamento de uma contribuição para a segurança social, por cada contrato de avença, da responsabilidade da entidade.

Está nesta situação, o valor da avença com o médico de clínica geral que presta assistência à população de Barrancos, aos fins-de-semana, cujo custo passou a ser

assumido pela entidade contratante (AH-BVB), sendo de inteira justiça este seja ressarcido pelo Município.

Por este motivo, torna-se necessário a alteração do protocolo supracitado, mediante o reforço da comparticipação fixada na cláusula 3ª, da responsabilidade do Município de Barrancos, estando já prevista, nesta data, a dotação orçamental necessária, com efeitos reportados a 1 de janeiro de 2020;

Assim:

Ao abrigo e nos termos das alíneas o) e u), do nº 1 do artigo 33º do regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12/9, a Câmara Municipal de Barrancos, sob proposta da senhora Vereadora, Dalila Lopes, deliberou por unanimidade, autorizar, o seguinte:

Artigo 1º – O valor a transferir mensalmente para a AH-BVB, previsto na cláusula 3ª do contrato-programa celebrado em 30/09/2011, passa de 2000 euros para 2200 euros, com efeitos reportados a 1 de janeiro de 2020.

Artigo 2º - O pagamento do reforço do duodécimo (200 euros/mês), a que se refere o artigo anterior, relativo ao período de janeiro a setembro, no valor total de 1800 euros, será transferido para a AH-BVB, juntamente com o duodécimo de outubro, já atualizado.

Artigo 3º - Por força do disposto no artigo 1º da presente decisão, a cláusula 3ª do protocolo celebrado em 30/09/2011 com a AH-BVB, passa a ter a seguinte redação:

*“Cláusula 3ª
(Comparticipação da CMB)*

1 - Para a prossecução dos objetos definidos nas cláusulas anteriores, compete à CMB prestar apoio financeiro à AH-BVB no montante de € 2200 euros/mês (dois mil e duzentos euros/mês), a fundo perdido, a transferir em duodécimos mensais, até ao dia 30 de cada mês.

2 - O valor fixado no número anterior poderá ser revisto, anualmente, pela CMB no mês de Dezembro de cada ano, produzindo efeitos a partir do dia 1 de Janeiro do ano imediato.”

Artigo 4º - O Contrato-Programa celebrado com a AH-BVB em 30/09/2011, autorizado pela deliberação nº 133/CM/2011, de 28/9, com a alteração introduzida pela presente deliberação, e com as correções materiais decorrentes do acordo ortográfico e da redesignação dos serviços municipais, passa a ter a seguinte redação:

*CONTRATO-PROGRAMA
(Apoio no domínio da saúde)*

Entre o Município de Barrancos, adiante designada por CMB, NIPC 501081216, representada pela sua vice-presidente, Isabel Catarina Caçador Sabino, como primeiro outorgante, e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Barrancos, adiante designada por AH-BVB, NIPC 501210539, representada pelo presidente da direção, Emílio Carvalho Domingues, como segundo outorgante, é celebrado, um contrato-programa regido pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª
(Objeto do contrato)

Constitui objeto do presente contrato-programa a concretização do processo de cooperação financeira entre as partes contratantes, no domínio da saúde, que concerne ao apoio destinado à comparticipação da assistência médica à população aos fins-de-semana.

Cláusula 2ª
(Obrigação do AH-BVB)

Constitui obrigação do AH-BVB em colaboração com a UASC da CMB, providenciar as medidas necessárias tendentes a garantir que, na falta de cuidados médicos dos serviços oficiais, designadamente aos fins-de-semana, estes sejam assegurados, sem qualquer encargo para os utentes, pelo médico de clínica geral ao serviço da associação.

Cláusula 3ª
(Comparticipação da CMB)

1 - Para a prossecução dos objetos definidos nas cláusulas anteriores, compete à CMB prestar apoio financeiro à AH-BVB no montante de € 2200 euros/mês (dois mil e duzentos euros/mês), a fundo perdido, a transferir em duodécimos mensais, até ao dia 30 de cada mês.

2 - O valor fixado no número anterior poderá ser revisto, anualmente, pela CMB no mês de Dezembro de cada ano, produzindo efeitos a partir do dia 1 de Janeiro do ano imediato.

Cláusula 4ª
(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação pelo segundo outorgante, no que concerne a quaisquer alterações previstas no objeto do presente contrato-programa, carece de prévio acordo escrito do primeiro outorgante, que poderá condicionar à alteração ou adaptação do mesmo contrato.

Cláusula 5ª
(Acompanhamento e controlo da execução do contrato-programa)

O acompanhamento e controlo da execução deste contrato-programa será exercido pelo presidente da CMB, através da UASC.

Cláusula 6ª
(Resolução de casos omissos)

Os casos omissos decorrentes da aplicação do presente contrato-programa serão decididos por despacho do presidente da CMB com o acordo com da AH-BVB.

Cláusula 7ª
(Produção de efeitos e validade do contrato-programa)

O presente contrato-programa é válido por um ano, produzindo efeitos a partir de 1 de Outubro de 2011, sendo tacitamente prorrogado, por igual período, se nenhuma das partes o denunciar, com o aviso prévio de 30 dias."

Artigo 5º - Para simplificação administrativa, fica dispensado a celebração de aditamento ao contrato-programa citado, bastando, para todos os efeitos legais, o registo no documento inicial, assinado em 30/09/2011, o seguinte averbamento:

“Pela deliberação n.º .../CM/2020, de .../9, o duodécimo previsto no n.º 1 da cláusula 3.ª, passou para 2200 euros, com efeitos reportados a 01/01/2020”.

(Aprovada em minuta - doc. três da pasta anexa).

Deliberação n.º 110/CM/2020 – AUTORIZA A ABERTURA DE CONCURSOS PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR E CURSOS TÉCNICO SUPERIOR PROFISSIONAL - ANO LETIVO 2020/2021: Ao abrigo e nos termos do artigo 3.º do Regulamento Municipal de *Bolsas de Estudo Para o Ensino Superior*, na sua redação atual - publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 143/2020, de 24/07 (aviso n.º 10867/2020), a Câmara Municipal de Barrancos, deliberou por unanimidade, o seguinte:

1 - Autorizar a abertura de concurso para atribuição de (até) 20 bolsas de estudo a estudantes residentes no município de Barrancos, que frequentam o ensino superior público, privado ou cooperativo, reconhecidos pelo ministério de tutela, no ano letivo 2020/2021.

2 – Estabelecer que as candidaturas possam ser apresentadas de 29 de setembro a 30 de outubro de 2020, sem prejuízo de eventuais admissões da 2.ª e 3.ª fase, se houver.

3 – Estabelecer que as condições de admissão são as fixadas no regulamento municipal supracitado e no aviso público a elaborar pela UASC, a afixar nos locais do estilo e na página eletrónica do Município.

(Aprovada em minuta - doc. quatro da pasta anexa).

Deliberação n.º 111/CM/2020 – APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA CANDIDATURA AO PROGRAMA CASA JOVEM (EDIÇÃO 2020) E PAGAMENTO DA SUBVENÇÃO: Analisado o processo da única candidatura apresentada à edição do programa Casa Jovem, conforme consta da Informação n.º 45/UASC/2020, de 10/09, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, por falta de informação no processo, devolver este aos serviços da UASC, para reformular a proposta a apresentar à Câmara Municipal.

(Aprovada em minuta - doc. cinco da pasta anexa).

Deliberação n.º 112/CM/2020 – APRECIACÃO E DECISÃO SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA RENOVACÃO DA SUBVENÇÃO CASA JOVEM - (8.ª EDIÇÃO – SEGUNDA RENOVACÃO): Analisado o processo de 2.ª renovação da subvenção supracitada, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, por falta de elementos no processo, devolver o mesmo aos serviços da UASC, para reformular a proposta a apresentar à Câmara Municipal.

(Aprovada em minuta - doc. seis da pasta anexa).

Deliberação n.º 113/CM/2020 – APRECIACÃO E DECISÃO SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA RENOVACÃO DA SUBVENÇÃO CASA JOVEM - (9.ª EDIÇÃO – PRIMEIRA RENOVACÃO): Analisado o processo da 1.ª renovação da subvenção supracitada, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, por falta de elementos no processo, devolver o mesmo aos serviços da UASC, para reformular a proposta a apresentar à Câmara Municipal.

(Aprovada em minuta - doc. sete da pasta anexa).

Deliberação n.º 114/CM/2020 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA SENHORA VEREADORA DE 17/09/2020, EXARADO NA INF. N.º 46/UASC/2020, SOBRE O PROCESSO DE INICIO DE ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO PARA DESEMPREGADOS: Pelo despacho de 17/09/2020, da vereadora da ação social, exarado na Inf. n.º 46/UASC/2020, de 17/9, foi dado início ao procedimento conducente à elaboração de novo “Regulamento do Programa Municipal de Ocupação para Desempregados”, vulgo (PMOD), ato que foi concretizado pelo aviso da mesma data, publicado, nos termos legais, nos sítios do costume e no sítio eletrónico da CMB.

Neste sentido, a presente decisão, para além de ratificar o despacho da senhora vereadora, tem também como finalidade a assunção de compromisso nos documentos previsionais de 2021, e a consequente criação de rubrica/projeto ou programa específico sob a designação “**Programa PMOD**”, prevista no artigo 23º do projeto de regulamento do programa citado, cuja dotação global terá em conta a disponibilidade financeira do Município.

Antes de passar à votação do presente ponto, o vereador Leonel Rodrigues passou a ler a declaração de voto conjunta, ou posição de voto favorável que se transcreve na íntegra:

“DECLARAÇÃO DE VOTO CONJUNTA, OU POSIÇÃO DE VOTO FAVORÁVEL DOS VEREADORES: LEONEL RODRIGUES E JOSÉ MANUEL CÔCO RODRIGUES”

Quanto a este ponto gostaríamos de fazer algumas apreciações:

Em **primeiro lugar**, sempre defendemos que o excesso de regulamentação existente, ao nível municipal e não só, é complexa, muitas vezes demasiado complexa, e às vezes desafia a lógica da eficiência e da eficácia. Deparamo-nos com que os Municípios, e o de Barrancos em particular, tem produzido regulamentação em diversas áreas, muitas vezes coincidentes na matéria que se pretende regulamentar, exemplo disso é a regulamentação sobre os apoios a conceder na área de educação, na área social etc... Com isto não estamos a querer dizer que não haja necessidade de criar regulamentos específicos dentro de uma mesma área temática o que estamos a dizer é que devemos repensar as matérias coincidentes, dentro de uma mesma área temática e produzir regulamentos únicos que facilitem ao cidadão encontrar respostas às suas necessidades, de forma clara, fácil e sem constrangimentos de qualquer natureza. Devemos sobretudo criar “legislação municipal” que preveja uma ampla capacidade de intervenção junto dos problemas comuns dos cidadãos e, o mesmo tempo, evitar regulamentação dispersa sobre apoios similares, complementares e/ou suplementares.

Neste sentido, o projeto de regulamento que aqui hoje é apresentado, reflete aquilo que ao longo deste tempo temos vindo a defender, é indispensável aglutinar apoios similares num mesmo regulamento. Ou por outras palavras, apresenta-se um projeto de regulamento que faz, na grande maioria, a compilação do Programa EMERGE e OTJ, ambos em vigor.

Em **segundo lugar** e, necessariamente sobre os antecedentes neste tipo de programas e, em especial ao projeto de regulamento hoje aqui apresentado cumpre-nos dizer o seguinte:

1. Recordo há três anos, quando determinadas ações, atos e propaganda política de campanha e descrédito, dirigidas ao anterior executivo municipal, sobretudo, por terem criado e aprovado, por unanimidade dos membros da Câmara (CDU + PS), dois programas alternativos, o Programa EMERGE e OTJ cujo objetivo principal, mais não era que o de encontrar uma solução, temporária, aos problemas dos cidadãos que não tinham alternativas de emprego local e se encontravam, muitos deles em clara situação de vulnerabilidade socioeconómica.

- 
2. Muitas vezes, a crítica é fruto do desconhecimento sobre os factos e casos muito específicos para os quais não há soluções nem alternativas locais. Só e apenas quando nos deparamos com o problema que criticámos, verificamos que a solução, para esses casos específicos, é exatamente a mesma, com as necessárias adaptações políticas, que aquela que foi encontrada por quem criticámos.
  3. Não estamos perante um regulamento cujo objetivo é o combate ao desemprego, nem o foi na altura, nem o é agora. Estávamos e estamos perante uma solução extrema, para casos muito específicos, que permitem dar solução e dignidade económica de subsistência a agregados familiares.
  4. Quando se pretende enfrentar o problema do desemprego estrutural não se pode fazer pela via da subsidiarização, deve fazer-se pela via da oportunidade de emprego. Esta não é uma solução para o desemprego é uma solução para casos específicos de carência económica do agregado que não tem alternativa no mercado de trabalho normal. Trata-se, portanto, de um subsídio, sem qualquer contrapartida em termos de direitos e benefícios. Isto é, não confere direitos e benefícios por via da Segurança social, nem para efeitos de longo prazo no que se refere à carreira contributiva (reforma/pensão), nem para efeitos a curto prazo (subsídio de desemprego), e muito menos sequer, é equiparável ao contrato de trabalho em termos de segurança financeira do agregado.
  5. Toda e qualquer crítica recebida há tempos atrás, é hoje um cúmulo de coincidências na solução adotada. Ou seja, o que antes era criticado como bolsa disfarçada de contrato de trabalho, sem qualquer benefício ou direito sufragado pelo Sistema Nacional de Segurança Social é agora solução, definição dada então, pelos que hoje querem fazer aprovar medidas com características idênticas, para problemas idênticos e sem os mesmos direitos e benefícios. Afinal os que vos antecederam, juntamente com outras câmaras de todas as cores políticas, delinearão soluções radicais e programas para problemas incontornáveis que são hoje, copiadas e adaptadas por muitas outras câmaras do interior e que é, aliás, reflexo do regulamento que hoje se apresenta. Reconhecer que a solução encontrada para o mesmo problema é, afinal, a solução que agora defendem, não custava nada, mas percebe-se que, eleitoralmente não compensa.

Em **terceiro lugar**, é nosso dever recordar factos passados, no entanto, o que nos ocupa realmente, é o futuro. Neste sentido e com base na leitura do Regulamento apresentado, bem como, as experiências aqui vividas, sobre situações derivadas das candidaturas EMERGE e OTJ, alertamos para o seguinte:

1. Na alínea e), artigo 5º do Regulamento que regula as condições de acesso ao programa, limita o acesso a todo aquele que apresentar rendimento per capita superior a 40%, ou seja, o equivalente a 175,52 euros por elemento do agregado.
2. Consideramos que o valor proposto é demasiado baixo (situa os agregados muito abaixo do limiar da pobreza) o que pode limitar e muito a concessão do apoio a agregados que por exemplo, sejam formados por 3 elementos, apenas um deles a trabalhar com um salário igual ao Salário Mínimo Nacional (635 euros), isto é, apresentará um rendimento per capita de 211,67 euros, superior ao valor máximo permitido, ou seja, superior a 175,52 e portanto, qualquer dos outros dois elementos, em idade ativa, não poderão aceder ao apoio previsto. E, neste contexto, continuará esse agregado a viver condições socioeconómicas de vulnerabilidade sem que haja, da parte de Câmara Municipal de Barrancos, possibilidades de prestar auxílio.
3. Neste sentido, dever-se-ia ter tido em atenção um estudo, sobre os agregados beneficiários dos programas anteriores (EMERGE E OTJ), medida similar e robusta, para verificar, em comparação com valores do RSI, que limites de rendimentos per capita seriam alvo de apoio, tendo em conta os valores estatísticos resultantes do estudo, bem como a estimativa sobre o número de beneficiários potenciais do presente apoio. Neste sentido, propomos que até à aprovação final do regulamento, seja feito esse estudo e seja colocada a hipótese de apresentar, ou justificar, os limites de rendimento per capita que terão opção ao apoio da CMB e, se possível, a indexação dos mesmos, tendo como referência, os valores limites para aceder ao RSI, fixando assim, melhores condições de acesso ao presente programa.

- 
4. Consideramos ainda que, dever-se-á ter em conta, para efeitos de candidatura, os rendimentos do agregado até ao máximo de 3 meses anteriores ao da formalização da candidatura e a declaração de IRS do ano anterior, deve ser considerada apenas para efeitos estatísticos e/ou como critério de seleção (em caso de empate das candidaturas, caso existam). Esta proposta de alteração faz com que, determinadas circunstâncias do agregado, na perda súbita de emprego ou meios de subsistência do agregado, no espaço temporal imediatamente anterior à candidatura, possam ter resposta ao nível do futuro programa. Tal e como está desenhado o presente projeto de regulamento os futuros beneficiários poderão não ter acesso nem ter direito ao Apoio da C.M.B (ou RSI), mesmo que estes, continuem a estar numa situação flagrante de carência económica do agregado por não se terem considerado circunstâncias pontuais e que têm a ver quer com os limites de acesso aos apoios disponíveis nem as verdadeiras circunstâncias em que se encontra em determinado momento agregados familiares mais vulneráveis.
5. No nº 2 do artigo 12º, faz-se referência à alínea g) que é inexistente, deveria ler-se alínea f).

Finalmente e, face às considerações acima expostas, atendendo a que, o presente regulamento mantém, no essencial, as premissas dos anteriores programas de apoio municipal criados a favor dos mais desfavorecidos e socioeconomicamente mais vulneráveis quer nos princípios que lhe estão subjacentes, com as necessárias adaptações/ ajustes antes da aprovação final e, reconhecendo que não se trata de uma política ativa de emprego, mas sim de uma medida de urgência e auxílio aos mais desfavorecidos economicamente, nós Vereadores: Leonel Caçador Rodrigues e José Manuel Côco Rodrigues (CDU) decidimos votar A FAVOR, da aprovação do projeto de Regulamento do Programa Municipal de Ocupação para Desempregados.

Assim:

A Câmara Municipal de Barrancos, sob proposta da senhora Vereadora, Dalila Lopes, deliberou por unanimidade, aprovar, o seguinte:

1 – Ratificar o seu despacho de 17/09/2020, acima citado, que determinou a publicitação de elaboração de (novo) “Regulamento do Programa Municipal de Ocupação para Desempregados”, vulgo (PMOD), cujo conteúdo, aqui se dá por reproduzido, que nesta data, se encontra publicado nos locais do costume e no sítio eletrónico da CMB.

2 – Determinar que, nos documentos previsionais de 2021, seja criado uma rubrica/projeto ou programa específico sob a designação “**Programa PMOD**”, prevista no artigo 23º do projeto de regulamento do programa citado, com a dotação inicial de 70 mil euros.

“TRANSCRIÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO PARA DESEMPREGADOS

Preâmbulo

O Município de Barrancos pretende criar um programa social para apoio a pessoas em idade ativa, residentes no concelho de Barrancos, em situação de desemprego e de vulnerabilidade social, que compreenda desde jovens à procura do primeiro emprego até à reinserção dos desempregados de longa duração do município.

Barrancos é um concelho pequeno, envelhecido e ainda pouco desenvolvido no que concerne ao tecido empresarial, pelo que o desemprego constitui uma das grandes preocupações deste executivo. Pretende esta iniciativa, ainda que a curto prazo, contribuir para a melhoria da situação económica das famílias, evitando assim o risco do seu isolamento, desmotivação e marginalização.

Ao mesmo tempo promove a capacitação e a inserção destas pessoas no mercado de trabalho. Possibilita, por um lado, aos jovens à procura do primeiro emprego, adquirir experiência e desenvolver as suas competências nas áreas para as quais possuem formação, maior aptidão, interesse e motivação. Por outro lado, fomenta a empregabilidade dos desempregados, (principalmente de longa duração), preservando as competências socioprofissionais, e mantendo o contacto com o mundo do trabalho.

Este programa, que será executado pelo Município, prevê o envolvimento e a parceria das diferentes instituições sociais, nomeadamente do setor social, e da proteção civil. Igualmente, serão entidades parceiras de acolhimento, as associações privadas sem fins lucrativos, desde que inscritas no REMAL, com as quais a Câmara Municipal de Barrancos venha a celebrar Protocolo de Cooperação para esse efeito.

Considerando que, constitui atribuição dos municípios a promoção e o apoio ao desenvolvimento de projetos sociais de interesse municipal, pretende-se com a aprovação da presente proposta instituir novas modalidades de atividades ocupacionais integradas neste Programa Municipal de Ocupação para Desempregados.

O presente regulamento tem como legislação habilitante a alínea h) e m) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea v), do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, o presente regulamento é submetido a apreciação pública.

Terminado o procedimento de audição pública, a que se refere o Aviso de .../.../2020, afixado nos locais do estilo na área do município de Barrancos e publicado, em .../.../2020, no sítio eletrónico da CMB (www.cm-barrancos.pt), sem/ou que tivesse havido a constituição de interessados, ou qualquer pedido de esclarecimento ou contributo.

Assim:

A CMB, ao abrigo alínea h) e m) do n.º 2 do artigo 23º e alíneas k), v) e hh) do n.º 1 do artigo 33º ambos RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12/9, sob proposta da vereadora da ação social, aprova, por ....., para ser submetido à aprovação da AMB, o seguinte:

Capítulo I

Disposições gerais

Artigo 1º

Objeto e âmbito

1 - O presente regulamento tem como objetivo regular o funcionamento do Programa Municipal de Ocupação para Desempregados, abreviadamente Programa PMOD, promovido pelo Município de Barrancos.

2 - O PMOD destina-se a promoção da ocupação temporária de pessoas em idade ativa, em situação de desemprego e vulnerabilidade social, sem qualquer meio de rendimento, com base em projetos de natureza social ou comunitária.

Artigo 2º

Entidades Gestora, Executora e de Acolhimento

1 - O programa é promovido pelo Município de Barrancos, através da sua Unidade de Ação Sociocultural (UASC).

2 - Os projetos, de natureza social ou comunitária, podem ser desenvolvidos pelo Município, através das suas unidades orgânicas (UAF, UASC, UOSU ou SMPC), na qualidade de Entidade Executora (EE), pela Freguesia de Barrancos, ou ainda por instituições sociais e associações sem fins lucrativos, enquanto Entidades de Acolhimento (EA), neste caso no âmbito de parceria.

Artigo 3º **Objetivos**

1 - Este Programa tem como principais objetivos:

- a) Garantir um rendimento mínimo de subsistência a um agregado familiar;
- b) Contribuir para a (re)integração no mercado de trabalho, dos desempregados;
- c) Possibilitar, através da participação em projetos, atividades ou ações, uma oportunidade de experimentação em contexto real de trabalho;
- d) Facilitar o desenvolvimento de competências essenciais à vida ativa, nomeadamente aos níveis do saber-fazer e saber-estar, através da realização de projetos em determinadas áreas de atuação, de forma a complementar as qualificações e experiências anteriormente adquiridas;
- e) Promover atitudes ativas face à construção do seu futuro pessoal e profissional, nomeadamente através do autoemprego;
- f) Contribuir para a igualdade de oportunidades.

2 - A participação no Programa não tem como efeito a constituição de uma relação jurídica de emprego público ou qualquer outro tipo de vinculação quer com o Município de Barrancos, que com as EA.

Artigo 4º **Projetos, áreas de ocupação e atividades**

1 - O programa inclui projetos a serem desenvolvidos por áreas de atividade, nomeadamente:

- a) Ação social;
- b) Educação, cultura e desporto;
- c) Património cultural;
- d) Manutenção de equipamentos culturais, desportivos, recreativos e espaços verdes;
- e) Proteção Civil e bombeiros;
- f) Administrativa geral, financeira e informática.

2 - A título excecional, pode a CMB proceder ao reconhecimento de outras áreas de atividade como de interesse municipal.

Artigo 5º **Destinatários**

1 - É destinatário do programa a pessoa que reúna, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Seja residente em Barrancos há pelo menos 12 meses, situação que deve ser confirmada pelo recenseamento eleitoral;
- b) Tenha entre 18 e 65 anos de idade;

- 
- c) Esteja desempregada, sem beneficiar de prestações de subsídio de desemprego, social de desemprego ou RSI;
  - d) Esteja inscrita no IEFP, como desempregada;
  - e) Integre um agregado familiar cujo rendimento per capita seja igual ou inferior a 40 % do Indexante dos Apoios Sociais (IAS);
  - f) Não esteja aposentada, nem seja beneficiária de pensões de invalidez;
  - g) Tenha condições e disponibilidade para desempenhar uma ocupação a tempo completo, no âmbito do presente programa.

2 - Os requisitos previstos no nº 1 são contados ou devem estar reunidos à data de abertura do prazo de candidatura.

3 - Em cada edição de abertura de procedimento, não será permitida a participação em simultâneo de mais do que um elemento do mesmo agregado familiar, ainda que possa ser integrado em edições diferentes.

4 - O candidato não pode participar no programa antes de decorrido o prazo de dois meses contados da data do termo da participação anterior.

5 - Estão excluídos de participação no Programa, os cidadãos que, a qualquer título, estejam a exercer qualquer atividade profissional remunerada.

Artigo 6º **Conceitos**

1 - Para efeito do presente Programa, considera-se:

- a) Agregado familiar - conjunto de pessoas constituído por titular, cônjuge ou pessoa que com ele/a viva em condições análogas às de cônjuges, por parentes ou afins na linha reta ou até ao terceiro grau da linha colateral, bem como pelas pessoas relativamente às quais haja obrigação de convivência ou de alimentação e ainda, outras pessoas que com o/a titular vivam em regime de economia comum;
- b) Rendimento per capita - valor do rendimento mensal ilíquido, dividido pelo número de pessoas que compõem o agregado familiar;
- c) Situação económico-social vulnerável - indivíduos e/ou agregados familiares cujo rendimento *per capita* seja igual ou inferior a 40% do IAS (€ 175,52 = € 438,81x40%) - Indexante de Apoios Sociais, atualizado anualmente;
- d) Subsídio - valor de natureza pecuniária, de caráter pontual e temporário.

2 - A situação pessoal e familiar dos membros do agregado familiar, relevante para efeitos do disposto no presente regulamento, é aquela que se verificar à data de abertura do procedimento de candidatura, comprovada por declaração da Junta de Freguesia de Barrancos.

3 - Em caso de dúvida, podem ser solicitadas informações à Administração Tributária ou à Segurança Social, com vista ao apuramento das pessoas que partilham com o candidato a mesma morada.

Artigo 7º **Rendimento mensal *per capita* do agregado familiar**

Para os efeitos de elegibilidade, o rendimento mensal *per capita* do agregado familiar resulta do somatório dos rendimentos mensais do agregado familiar do requerente, a dividir pelos elementos do seu agregado, de acordo com a seguinte fórmula:

RM / AF

em que:

- 
- RM é o somatório do rendimento mensal dos membros do agregado familiar (ou o somatório do rendimento anual/12)
  - AF é o número de membros do agregado familiar.

Capítulo II

Caraterização do Programa

Artigo 8º

Entidades de Acolhimento (EA)

1 – Para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 2º, são consideradas EA, as seguintes entidades:

- a) Junta de Freguesia de Barrancos;
- b) IPSS's e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Barrancos;
- c) Associações sem fins lucrativos, inscritas no Registo Municipal de Associações Locais (REMAL).

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, as EA devem ter, à data de abertura da candidatura, a sua situação regularizada perante a Autoridade Fiscal, a Segurança Social e o Município de Barrancos.

Artigo 9º

Designação, duração e avaliação dos projetos por EE/EA

1 – A abertura de candidaturas para a seleção de participantes, deverá ser precedida da audição de interesse das EA para eventual apresentação de projetos de atividade ocupacional a desenvolver.

2 – O projeto a apresentar pela EA, seguindo a estrutura de modelo anexo, deve conter os objetivos específicos, as habilitações literárias ou profissionais pretendidas, o número de vagas, a duração em meses, os indicadores de monitorização ou avaliação, bem como a indicação do seu coordenador ou orientador.

3 – Cada projeto terá uma duração entre três e nove meses, sem possibilidade de renovação com os mesmos participantes.

4 – Salvo no caso do Município, enquanto EE, as EA não podem promover em simultâneo mais de dois projetos ou a ocupação de mais de seis participantes.

5 – A cada abertura de candidaturas, corresponde uma edição, e a cada projeto um número e uma designação, de acordo com a área de trabalho a que está associado.

Capítulo III

Candidaturas

Artigo 10º

Da competência para o procedimento

1 – É da competência da CMB a decisão de abertura do procedimento para admissão de participantes para os projetos previamente apresentados, na qual deverá constar, entre outros, os seguintes elementos:

- a) A designação dos projetos, da EE e da EA, bem como a sua duração;
- b) O número máximo de participantes, correspondente ao número de lugares indicados nos projetos;

- 
- c) O prazo máximo para apresentação de candidaturas, que não poderá ser inferior a cinco dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicitação da decisão nos locais indicados no artigo 11º;
  - d) Outros elementos relevantes que se considere de interesse.

2 - É também da competência da CMB, a homologação da lista ou relatório final de ordenação dos candidatos, observado o disposto no artigo 14º, decorrido o prazo de audiência prévia, bem como a autorização para início de atividade, mediante formalização do "contrato de ocupação temporária de desempregado", de modelo-tipo a aprovar pela CMB.

Artigo 11º

Publicitação

1 - A abertura de candidaturas ao Programa será divulgada por aviso publicado na página oficial do Município de Barrancos, nos locais do costume e no sítio eletrónico das EA, se tiverem.

2 - Serão igualmente publicitados os projetos a realizar, bem como as EA promotoras.

Artigo 12º

Procedimento de Candidatura

1 - A apresentação da candidatura será efetuada pelo interessado, através de formulário disponível no sítio eletrónico da CMB e na UASC, devendo ser entregue juntamente com cópias autênticas ou autenticadas dos seguintes documentos:

- a) Atestado de residência, emitido pela Junta de Freguesia de Barrancos, comprovando a composição do agregado familiar e a data de inscrição no recenseamento eleitoral de Barrancos;
- b) Documento emitido pelo IEFEP comprovando a data de inscrição como desempregado;
- c) Documento emitido pela Segurança Social, onde conste o histórico de descontos do requerente e de cada elemento do agregado familiar, em termos de emprego e prestações sociais;
- d) Documento emitido pela Autoridade Tributária, onde conste informação relativa a cada elemento do agregado familiar sobre a existência ou não de atividade por conta própria;
- e) Última declaração de rendimentos e respetiva nota de liquidação de todos os elementos do agregado familiar;
- f) Cópia do documento comprovativo do valor estipulado em tribunal para a pensão de alimentos, nos casos em que a tal haja lugar.

2 - Para os efeitos previstos na alínea g), nos casos em que não tenha havido lugar à regulação do poder parental, considera-se, para efeitos de cálculo dos rendimentos do agregado no presente Programa, o valor mínimo mensal estipulado por lei para a pensão de alimentos para cada menor a cargo.

3 - Em caso de dúvida, a CMB poderá sempre solicitar ao requerente ou às entidades oficiais, elementos comprovativos das informações apresentadas.

Artigo 13º

Procedimento de seleção dos candidatos

1 - O procedimento de seleção está submetido aos princípios gerais que regulam a atividade da Administração Pública, designadamente os princípios da legalidade, da igualdade, da proporcionalidade, da justiça e da imparcialidade.

2 - As candidaturas apresentadas serão objeto de análise pela UASC, para verificação dos requisitos exigidos, sendo elaborada uma lista dos candidatos admitidos e excluídos para os métodos de seleção.

3 - Das decisões de exclusão e de seleção, haverá audiência dos interessados, nos termos definidos pelo Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 14º **Critérios de seleção**

1 – Para promover a seleção e a ordenação dos candidatos, serão observados os seguintes critérios:

- a) Tempo de duração enquanto desempregado, com base na data da última inscrição no IEFP:

Tempo de inscrição no IEFP (desemprego)	Pontos
Menos de 6 meses	10
Entre 6 e 8 meses	12
Entre 8 e 12 meses	14
Entre 12 e 16 meses	16
Entre 16 e 24 meses	18
Superior ou igual a 24 meses	20

- b) Número de membros do agregado familiar do requerente:

Membros do agregado familiar	Pontos
Um (o próprio)	10
Dois	14
Três a quatro	16
Igual ou superior a cinco;	20

- c) Rendimento per capita familiar:

Capitação – art. 6º	Pontos
Capitação máxima admissível (40% do IAS)	10
Entre 30 e 39% do IAS	14
Entre 20 e 29,9% do IAS	16
Entre 10,1% e 19,9% do IAS	18
Inferior ou igual a 10% do IAS	20

2 – A ordenação final dos candidatos admitidos será efetuada mediante o somatório simples dos critérios enumerados no número anterior, observando a seguinte fórmula:

$$CF = a) + b) + c)$$

3 – A integração dos candidatos, por projeto, é feita de acordo com o número de vagas existente em cada projeto, seguindo a classificação final e a vontade ou interesse declarado no formulário de candidatura.

4 – O candidato que não aceite a colocação/projeto, será eliminado e substituído pelo candidato seguinte e assim sucessivamente.

Artigo 15º
Execução e acompanhamento do programa

- 1 – A UASC é o serviço municipal competente para promover todos os procedimentos técnicos e administrativos para a sua execução, incluindo a elaboração dos instrumentos necessários.
- 2 - Compete à vereadora da área da ação social, acompanhar e emitir instruções para a boa execução do programa.

CAPÍTULO IV
REGRAS DE ATIVIDADE, COORDENAÇÃO E SUSPENSÃO

Artigo 16º
Local da frequência do programa

Os projetos a desenvolver no âmbito do programa decorrerão nem instalações ou serviços do Município, enquanto EE, ou das Entidades de Acolhimento referidas no artigo 8º.

Artigo 17º
Procedimento de início de atividade/projeto

O início da atividade no projeto será formalizado mediante "*contrato de ocupação temporária de desempregado*", de modelo-tipo a aprovar pela CMB

Artigo 18º
Orientação

- 1 - Cada participante será acompanhado pelo coordenador ou orientador, previsto no nº 2 do artigo 9º do presente regulamento.
- 2 - Compete ao coordenador ou orientador:
- a) Definir os objetivos e o plano do programa e do projeto a realizar;
  - b) Inserir o participante no respetivo ambiente de trabalho;
  - c) Assegurar o acompanhamento técnico-pedagógico do participante, supervisionando o seu progresso face aos objetivos definidos;
  - d) Assegurar o controlo da assiduidade e pontualidade do participante
- 3 - Cada projeto será avaliado pelo seu coordenador ou orientador, no prazo de 30 dias após o seu termo, devendo esta avaliação ser enviada à CMB através da UASC.
- 4 – Na avaliação do projeto deverá também ter em conta o desempenho dos participantes, com a indicação de uma menção qualitativa de “desempenho excelente”, “desempenho adequado” ou “Desempenho Inadequado”, que terá efeitos práticos na análise das candidaturas de próximas edições.
- 5 - No final do projeto, após a receção das avaliações, será entregue pelo Município aos participantes um certificado comprovativo da sua frequência.

Artigo 19º
Assiduidade e pontualidade

- 1 - A assiduidade é resultante da presença efetiva do participante no local onde se desenvolvem as atividades do projeto.

- 
- 2 - O controlo da assiduidade e pontualidade dos participantes é efetuado através do preenchimento de folha de presenças de modelo-tipo, rubricada pelo coordenador ou orientador e remetida mensalmente ao Município de Barrancos, através da UASC.
- 3 - A não comparência do participante em cada dia de atividades corresponde a uma falta.
- 4 - O montante a descontar por cada falta será calculado na base do número de dias úteis de atividade por mês.

Artigo 20º

Faltas e período de descanso

- 1 - São consideradas faltas justificadas com direito a bolsa, as motivadas por:
- a) Acidente ocorrido no desempenho da atividade do projeto;
  - b) Doença, mediante a apresentação de atestado médico ou declaração de estabelecimento hospitalar ou centro de saúde;
  - c) Falecimento de cônjuge, parente ou afim, mediante apresentação de documento justificativo;
  - d) Inspeção militar, com documento justificativo;
  - e) Comparência em serviços judiciais ou afins, com documento justificativo.
- 2 - Podem ser justificadas, mas sem direito a bolsa, as faltas dadas pelos seguintes motivos:
- a) Casamento;
  - b) Em situações graves, mediante justificada ponderação dos factos.
- 3 - O limite de faltas justificadas, por tempo útil de projeto, é de 5 faltas seguidas ou 10 interpoladas.
- 4 - Consideram-se faltas injustificadas todas aquelas que não se subsumam às dadas por motivos que não os apresentados nas alíneas do número 1 e 2 do presente artigo.
- 5 - Ao longo do Programa só são permitidas três faltas injustificadas seguidas ou cinco interpoladas, sob pena de exclusão automática.

Artigo 21º

Suspensão da participação

- 1 - O projeto pode ser temporariamente suspenso, por período que não poderá exceder os três meses, nos seguintes casos:
- a) Por manifesta impossibilidade superveniente do participante, devidamente comprovada;
  - b) Por motivo devidamente fundamentado invocado pela entidade onde decorre o programa.
- 2 - Em caso de maternidade, paternidade ou adoção, o período referido no número anterior pode ser alargado até 5 (cinco) meses.
- 3 - Não é devida bolsa durante o período de suspensão do programa.
- 4 - A suspensão do projeto não altera a sua duração, mas adia, por período correspondente, a data do respetivo termo do participante.

Artigo 22º
Cessação antecipada

1 – A participação no programa cessa sempre que o número de faltas injustificadas atinja 3 (três) dias consecutivos ou 5 (cinco) dias interpolados.

2 - O programa pode cessar antecipadamente por uma das seguintes formas:

- a) Revogação por mútuo acordo;
- b) Denúncia por uma das partes, devidamente fundamentada e desde que comunicada com a antecedência mínima de 30 dias;
- c) Pela entidade de acolhimento, devido ao não cumprimento dos objetivos e planos do programa.

CAPÍTULO V
FINANCIAMENTO DO PROGRAMA E DIREITO DOS PARTICIPANTES

Artigo 23º
Financiamento do programa e criação e dotação específica

1 - O programa é financiado pelo Município de Barrancos, no âmbito do projeto específico criado seus documentos previsionais anuais.

2 - Para os efeitos previstos no presente regulamento será criada no âmbito do Orçamento Municipal uma rubrica específica sob a designação “**Programa PMOD**”, cuja dotação global terá em conta a disponibilidade financeira e as prioridades estratégicas definidas anualmente pela CMB.

Artigo 24º
Bolsa mensal

1 - O participante tem direito a uma bolsa mensal de valor equivalente ao Indexante de Apoios Sociais (IAS), acrescida do subsídio de refeição.

2 - O pagamento da bolsa será efetuado mensalmente pelo serviço competente da CMB/UAF, com base na folha de assiduidade.

Artigo 25º
Seguro

Para além das bolsas referidas no artigo anterior, o participante tem direito a um seguro de acidentes pessoais, que cubra os riscos que possam ocorrer durante e por causa das atividades desenvolvidas no programa.

CAPÍTULO VI
DEVERES

Artigo 26º
Deveres da Entidade de Acolhimento

1 - A entidade de acolhimento (EA) tem o dever, designadamente, de:

- a) Garantir o enquadramento funcional e acompanhamento dos participantes, de acordo com os objetivos de cada projeto;
- b) Acolher, integrar e orientar o participante, de acordo com o projeto apresentado e aprovado pela CMB;
- c) Dinamizar iniciativas de avaliação e acompanhamento da participação no projeto;

- 
- d) Dinamizar iniciativas e atividades facilitadoras do desenvolvimento pessoal e da sua integração posterior no mercado de trabalho de acordo com as necessidades que venham a ser identificadas;
  - e) Registar a assiduidade dos participantes;
  - f) Proporcionar oportunidades de experimentação de forma a facilitar o desenvolvimento de competências, nomeadamente aos níveis do saber-fazer e saber-estar;
  - g) Elaborar e enviar ao responsável pela entidade de acolhimento o relatório final das atividades desenvolvidas pelos participantes.

2 – As competências previstas à EA, são asseguradas pelo coordenador ou orientador do projeto, no caso da execução deste ser assumida pela CMB,

Artigo 27º

Deveres do participante

São deveres do participante:

- a) Comparecer com assiduidade e pontualidade nos locais das atividades do programa;
- b) Cumprir com zelo as tarefas que lhe forem atribuídas;
- c) Participar ativamente nas atividades promovidas no âmbito do programa;
- d) Utilizar com cuidado e zelar pela boa conservação dos equipamentos e demais bens que lhe sejam confiados no âmbito das atividades do programa;
- e) Guardar sigilo face à informação obtida no âmbito das funções desempenhadas.
- f) Guardar lealdade relativamente à entidade promotora do programa;
- g) Outros que lhe sejam legitimamente impostos pela Entidade de Acolhimento ou pelo serviço enquadrador.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 28º

Delegação de poderes

As competências atribuídas à CMB podem ser delegadas no seu presidente, com faculdade de delegação no vereador da área social.

Artigo 29º

Resolução e casos omissos

As dúvidas de interpretação e os casos omissos no presente regulamento serão resolvidos por deliberação da CMB.

Artigo 30º

Revogação

Com a entrada em vigor do presente regulamento, ficam revogados:

- a) O Regulamento do Programa Municipal de Combate às Situações de Emergência Social no Emprego (EMERGE) — versão consolidada após a 1ª alteração aprovada pela

deliberação nº 3/AM/2017, de 6/2 (cf. Regulamento nº 118/2017, DR, 2ª série nº 46, de 06/03/2017);

- b) O Regulamento do Programa Municipal de Ocupação Temporária de Jovens (OTJ) – (cf. Regulamento nº 261/2016, DR, 2ª série, nº 51, de 14/03/2016).

Artigo 31º
Entrada em vigor

Sem prejuízo da sua publicação no Diário da República, o presente Regulamento entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2021.

Paços do Município de Barrancos, ... de ..... de 2020

O PRESIDENTE CMB

Anexo (A4 horizontal)

Entidade Acolhedora: .....
Designação ou tipologia do projeto: .....
Área: .....
Coordenador ou orientador: .....

Objetivo específico	Habilitações literárias ou profissionais	Nº de Vagas	Duração (meses)	Indicadores de monitorização	Observações

(Aprovada em minuta - doc. oito da pasta anexa).

Deliberação n.º 115/CM/2020 – RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRANCOS E A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO ACADÉMICO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO BIOMÉDICA DO ALGARVE (AD_ABC), CELEBRADO EM 10/09/2020: Submetido à votação nos termos do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Barrancos, deliberou por unanimidade, ratificar, o protocolo de colaboração celebrado em 10/09/2020, entre a câmara municipal de Barrancos e a associação de desenvolvimento do centro académico de investigação e formação biomédica do algarve (AD_ABC), a seguir transcrito na íntegra:

“TRANSCRIÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRANCOS E A ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO ACADÉMICO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO BIOMÉDICA DO ALGARVE (AD-ABC)

Considerandos:

1. A Câmara Municipal de Barrancos, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo como missão principal providenciar aos seus cidadãos do seu concelho proporcionar a proteção num ambiente pandémico como se vive na atualidade com o COVID 19;

- 
2. O Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve (ABC — Algarve Biomedical Center) é um consórcio constituído por iniciativa do Governo, por portaria do ministro da tutela n.º 75/2016, de 8 de abril, publicada em Diário da República n.º 69/2016, Série I de 2016-04-08, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 17.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que tem como escopo criar, transmitir e difundir uma cultura de investigação e desenvolvimento, contribuindo simultaneamente para formar profissionais altamente qualificados e diferenciados na área do desempenho educacional e científico na área da saúde;
  3. Constituem objetivos do Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve, entre outros, o desenvolvimento da dimensão académica e da qualificação na medicina clínica, a modernização e qualificação da educação médica e nas ciências da saúde, em toda a sua dimensão pré e pós-graduada, a educação médica continuada, o desenvolvimento da investigação científica biomédica e clínica e a promoção de inovação diagnóstica e terapêutica;
  4. A Associação de Desenvolvimento do Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve (AD-ABC) é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, de índole académica e científica, cujo objeto social está confinado à prossecução dos específicos objetivos dos seus membros (Universidade do Algarve e o Centro Hospitalar e Universitário do Algarve), sendo a entidade subscritora do presente protocolo porquanto o centro académico ABC não é dotado de personalidade jurídica;
  5. Atendendo à emergência de saúde pública de âmbito internacional, bem como à classificação do vírus como uma pandemia, o atual Governo Constitucional empenhou esforços junto da AD-ABC para que existissem meios de deteção e de modo a controlar uma propagação descontrolada da epidemia SARS-CoV-2, e, bem assim, assegurar o tratamento da doença COVID -19;
  6. Neste sentido, as instituições agora outorgantes acordam reunir os esforços e condições necessárias para a implementação de medidas destinadas ao combate da pandemia de COVID-19;
  7. O interesse público na colaboração é notório, dada a situação pandémica atualmente vivida, assim como os esforços na sua contenção, definindo-se como mecanismo a utilizar, o estabelecimento do presente acordo de cooperação.

Nesta conformidade, é celebrado, livremente e de boa-fé, o presente Acordo de Colaboração, cujo objetivo global consiste na definição das bases para uma colaboração entre as entidades, num quadro de cooperação mútua para a implementação de medidas nas escolas do município de Barrancos para combate da pandemia do COVID 19.

Entre

A Associação de Desenvolvimento do Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve (AD-ABC), pessoa coletiva n.º 514997133, e sede no Campus de Gambelas da Universidade do Algarve, 8005-139 Faro, (adiante designado como AD-ABC), aqui representado pelo seu Presidente da Direção, Professor Doutor Nuno Marques, como Primeiro Outorgante.

E

A Câmara Municipal de Barrancos, pessoa coletiva de direito público n.º 501081216, e sede na Praça do Município n.º 2, 7230-030 Barrancos, (adiante designada como CM),

aqui representada por João António Serranito Nunes, Presidente da Câmara Municipal, como Segundo Outorgante.

Neste entendimento, AD-ABC e a CM estabelecem as seguintes cláusulas pelas quais se irá reger o protocolo agora instituído:

Cláusula 1.^a

O presente acordo tem como objetivo regular as atividades relativas ao apoio e acompanhamento das escolas do município no contexto atual de pandemia por COVID 19, nomeadamente através de:

- a) Colaboração na preparação dos estabelecimentos de ensino para o ano letivo 2020/2021;
- b) Realização de testes diagnósticos do COVID 19 no início e durante o ano escolar;
- c) Apoio à comunidade escolar durante o ano letivo;
- d) Apoio à comunidade educativa através de uma linha de apoio médico.

Cláusula 2.^a

A implementação das medidas referidas no ponto anterior, pela AD- ABC, são realizados conforme definido em acordo específico a elaborar entre as partes.

Cláusula 3.^a

1. A cooperação a desenvolver no âmbito do presente protocolo fica subordinada às normas de confidencialidade e sigilo, bem como a eventuais restrições impostas pelos Outorgantes expressamente comunicadas e previamente aceites, podendo os Outorgantes ser responsabilizados, nos termos gerais de direito, pela inobservância de tais regras.
2. Os Outorgantes concordam em partilhar entre si toda a informação relevante inerente ao objeto do presente protocolo, desde que essa informação não se encontre abrangida pelo dever de sigilo profissional ou acordos de confidencialidade com terceiros.
3. Os Outorgantes obrigam-se a manter confidencialidade sobre toda a informação trocada entre eles, no que respeita a matérias objeto do presente protocolo e a não divulgar a mesma a terceiros, senão quando acordado entre ambos.
4. Caso o presente protocolo não tenha continuidade, independentemente dos motivos, as Outorgantes respeitarão no que se refere a documentos e informações propriedade de qualquer delas ou de terceiros, o princípio de confidencialidade previsto na presente cláusula.
5. Os Outorgantes poderão divulgar em meio científico, pela forma que julgarem mais adequada, os resultados de natureza académica obtidos com os estudos e desenvolvimento realizados, mas sempre de forma a salvaguardar os legítimos interesses de cada um.
6. Os resultados finais dos projetos poderão ser objeto de divulgação ampla através de conferências técnicas e científicas e publicação em revistas científicas ou técnicas, desde que acordado entre os Outorgantes.

Cláusula 4.^a

1. Os direitos de Propriedade Intelectual incidentes sobre a globalidade dos resultados de emergentes dos projetos desenvolvidos ao abrigo do presente protocolo são detidos em regime de cotitularidade pelos Outorgantes, salvo acordo entre ambos que estipule de forma diversa.

2. Os Outorgantes têm o direito de requerer em conjunto a proteção dos ditos resultados por direito de patente, bem como o respetivo âmbito de proteção territorial, e recorrer a quaisquer outras medidas de proteção dos resultados, devendo tal decisão ser tomada por comum acordo.

3. A repartição de custos e proveitos inerentes aos processos de proteção por direito de patente ou modelo de utilidade, manutenção, tutela e exploração da mesma será acordada entre as partes em documento a anexar a este protocolo, sempre que se justifique.

4. Ao abrigo do disposto do número 1 do artigo 60.º do Código da Propriedade Industrial, os Outorgantes, na qualidade de titulares e/ou co requerentes, obrigam-se a fazer constar qualquer pedido de proteção e a invocar a qualidade de criador intelectual dos inventores intervenientes.

Cláusula 5.ª

Presumem-se propriedade exclusiva dos Outorgantes todos os estudos e documentação resultantes de quaisquer contratos específicos celebrados ao abrigo do presente protocolo, salvo se outra coisa resultar das condições específicas de cada contrato.

Cláusula 6.ª

1. Os outorgantes comprometem-se a pôr em prática este Acordo, incentivando as ações nele previstas e explorando sinergias visando o desenvolvimento de ações de colaboração sobre todos os domínios considerados úteis e relevantes para ambos.

2. As iniciativas conjuntas a efetuar no âmbito deste protocolo só serão válidas, mediante formalização expressa e com a aprovação das instituições signatárias.

Cláusula 7.ª

1. O Protocolo inicia-se no dia 10 de setembro de 2020, data da sua celebração e tem a duração prevista até ao término do ano letivo 2020/2021.

2. Durante o prazo de vigência, poderão ser introduzidas alterações, por acordo dos Outorgantes, as quais após formalização, constituirão aditamentos ao presente protocolo.

3. Antes de decorrido o prazo de vigência ou de qualquer das suas prorrogações, os Outorgantes poderão, com observância do princípio da boa-fé, denunciar o presente protocolo, caso ocorram factos que devam considerar-se justificação válida de denúncia, nomeadamente o não cumprimento das obrigações assumidas.

4. O presente protocolo poderá ser objeto de rescisão por mútuo acordo, devendo a mesma constar de documento escrito assinado por ambos os Outorgantes.

5. O presente Protocolo pode ainda ser resolvido nos casos de falta grave de qualquer das partes ou de impossibilidade de cumprimento de uma obrigação por circunstâncias que lhe sejam imputáveis.

6. A resolução do Protocolo não isenta a parte excluída do dever de indemnizar os demais pelos prejuízos causados.

7. A parte que tiver entrado em incumprimento obriga-se a entregar às restantes partes todo o trabalho que já tiver desenvolvido, de forma a permitir àquelas a execução da prestação em falta, nas melhores condições.

8. Para dirimir qualquer conflito emergente do presente protocolo é expressamente designada a comarca de Faro.

Cláusula 8.^a

As dúvidas ou lacunas, bem como eventuais atualizações deste protocolo, serão resolvidas pelos Outorgantes com recurso aos princípios de boa-fé e equidade.

Celebrado a 10 de setembro de 2020 em dois exemplares, um para cada Outorgante.

Depois de lido e aceite, por corresponder à real expressão da vontade das partes, vai ser assinado por ambos os Outorgantes.

Pela Associação de Desenvolvimento do Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve,

---

(Dr. Nuno Marques)
Presidente da Direção

Pela Câmara Municipal de Barrancos

(Dr. João António Serranito Nunes)
Presidente da Câmara Municipal de Barrancos”
(Aprovada em minuta - doc. nove da pasta anexa).

Deliberação n.º 116/CM/2020 – APRECIÇÃO E DECISÃO SOBRE A “NÃO – ACEITAÇÃO EM 2021 DAS COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS NOS DOMÍNIOS DA EDUCAÇÃO”, A SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Em conformidade com o n.º 3, do artigo 76º, do Decreto-lei n.º 21/2019, de 30/1, na redação dada pelo artigo 2º, do Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12/8, a Câmara Municipal de Barrancos, deliberou por unanimidade, aprovar, submeter aprovação da Assembleia Municipal, a “*não-aceitação, em 2021, das competências municipais no domínio da educação*”, para dar tempo aos serviços municipais a preparar a assunção universal das mesmas até 31 de março de 2022.
(Aprovada em minuta - doc. dez da pasta anexa).

Deliberação n.º 117/CM/2020 – APRECIÇÃO E DECISÃO SOBRE A “NÃO – ACEITAÇÃO EM 2021 DAS COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS NOS DOMÍNIOS DA SAÚDE”, A SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Em conformidade com o n.º 3 do artigo 28º do Decreto-lei n.º 23/2019, de 30/1, na redação dada pelo artigo 3º do Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12/8, a Câmara Municipal de Barrancos, deliberou por unanimidade, aprovar, submeter aprovação da Assembleia Municipal, a “*não-aceitação, em 2021, das competências municipais no domínio da saúde*”, para dar tempo aos serviços municipais a preparar a assunção universal das mesmas até 31 de março de 2022.
(Aprovada em minuta - doc. onze da pasta anexa).

Deliberação n.º 118/CM/2020 – DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO: Submetido à votação, sob proposta da UOSU, de acordo com a proposta apresentada pela informação n.º 103/2020/UOSU/GT de 21/09, a Câmara Municipal de Barrancos, deliberou por maioria, com dois votos contra dos membros da CDU, que justificaram o seu voto remetendo para a Declaração de Voto, apresentada na deliberação n.º 106/CM/2020, de 10/09, e três votos a favor dos

membros do PS, designar, nos termos do artigo 67º, do CCP, os elementos que integrarão o Júri do Procedimento, sendo constituído pelos seguintes elementos:

Efetivos:

Presidente: João Paulo Chorão Bilo;

1º Vogal: Dalila de Fátima Martins Guerra;

2º Vogal: Lurdes Mendes Saramago Agulhas;

Suplentes:

1º Suplente: Patricia Maria Baleizão Ferraz;

2º Suplente: António Damião Rodrigues.

(Aprovada em minuta - doc. doze da pasta anexa).

Deliberação n.º 119/CM/2020 – APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA OPERAÇÃO PLURIANUAL DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA DE BARRANCOS, A SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Submetido à votação, sob proposta do seu Presidente, a Câmara Municipal, deliberou por maioria, com dois votos contra dos membros da CDU, que justificaram o seu voto remetendo para a Declaração de Voto, apresentada na deliberação n.º 106/CM/2020, de 10/09, e três votos a favor dos membros do PS, aprovar, e submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Barrancos, nos termos e para efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12º do DL n.º 127/2012, de 21 de junho, a operação plurianual de investimento necessária ao lançamento do Concurso Público da empreitada de “Construção da Casa Mortuária de Barrancos e da Requalificação da sua Envolvente Urbana”, nos termos e condições da informação n.º 104/2020/UOSU, de 21/09.
(Aprovada em minuta - doc. treze da pasta anexa).

Deliberação n.º 120/CM/2020 – APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA OPERAÇÃO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO PARA A REVISÃO DO PDM DE BARRANCOS E ELABORAÇÃO DE OUTROS INSTRUMENTOS DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO, A SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Submetido à votação, sob proposta do seu Presidente, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar, e submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Barrancos, nos termos e para efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12º do DL n.º 127/2012, de 21 de junho, a operação plurianual do investimento necessária à Revisão do PDM de Barrancos e de outros instrumentos de gestão e ordenamento do território e urbanismo, nos termos e condições da informação n.º 105/2020/UOSU, de 21/09.
(Aprovada em minuta - doc. catorze da pasta anexa).

Deliberação n.º 121/CM/2020 – APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS FINANCEIROS PLURIANUAIS REFERENTES À EMPREITADA DA 2ª FASE DA REGENERAÇÃO URBANA DE BARRANCOS, A SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Submetido à votação, com base na informação n.º 107/2020/UOSU, de 21/09 e sob proposta do seu Presidente, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar, e submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Barrancos, nos termos e para efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12º do DL n.º 127/2012, de 21 de

junho, a assunção de compromissos financeiros plurianuais referentes à empreitada da 2ª fase da regeneração urbana de Barrancos
(Aprovada em minuta - doc. quinze da pasta anexa).

Deliberação n.º 122/CM/2020 – APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS FINANCEIROS PLURIANUAIS REFERENTES À EMPREITADA DA 3ª FASE DA REGENERAÇÃO URBANA DE BARRANCOS, A SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Submetido à votação, com base na informação n.º 108/2020/UOSU, de 21/09 e sob proposta do seu Presidente, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar, e submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Barrancos, nos termos e para efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12º do DL n.º 127/2012, de 21 de junho, a assunção de compromissos financeiros plurianuais referentes à empreitada da 3ª fase da regeneração urbana de Barrancos
(Aprovada em minuta - doc. dezasseis da pasta anexa).

Deliberação n.º 123/CM/2020 – APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA OPERAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL DA EMPREITADA DE CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DAS MURALHAS DO CASTELO DE NOUDAR, A SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Submetido à votação, sob proposta do seu Presidente, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar, e submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Barrancos, nos termos e para efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12º do DL n.º 127/2012, de 21 de junho, a operação financeira plurianual da empreitada de conservação e reabilitação das muralhas do Castelo de Noudar, nos termos e condições da informação n.º 106/2020/UOSU, de 21/09.
(Aprovada em minuta - doc. dezassete da pasta anexa).

Deliberação n.º 124/CM/2020 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR. PRESIDENTE SOBRE O PROCESSO DE OBRAS PARTICULARES N.º PROCESSO N.º 14/2020 – Duberdicus: Submetido à votação, a Câmara Municipal de Barrancos, deliberou por unanimidade, ratificar, o despacho do Sr. Presidente de 17/09 exarado na Informação n.º 100/2020/UOSU/GT, de 17/09, sobre a aprovação do Projeto de Arquitetura, os projetos de especialidades (Estabilidade, Águas e Esgotos, Ficha de Segurança Contra Incêndios e Ficha Eletrotécnica) e os pedidos de isenção da apresentação dos Projetos de Instalação de Gás, Projeto de Recolha de Resíduos de Construção e Demolição e o Projeto de Arranjos Exteriores, respeitante à Construção de Pastelaria Tradicional, no prédio urbano sito na Herdade da Comenda, em Barrancos, descrito na Conservatória do Registo Predial de Barrancos sob o n.º 1747/20010523, artigo n.º 2391.
(Aprovada em minuta - doc. dezoito da pasta anexa).

Deliberação n.º 125/CM/2020 – APRECIACÃO E DECISÃO SOBRE O PROCESSO DE OBRAS PARTICULARES: Após análise ao respetivo processo, o mesmo mereceu a seguinte decisão conforme a seguir se indica:

a) Processo n.º 11/2020 – Vânia de Jesus Torrado Reganha, aprovado por unanimidade, com base na Informação n.º 110/2020/UOSU, de 16/09, o Projeto de Arquitetura, condicionado nos termos da informação referida, respeitante à Alteração de Edifício, no prédio urbano sito na Rua do Pinhão, n.º 11, em Barrancos, descrito na

Conservatória do Registo Predial de Barrancos sob o n.º 988/199105116 artigo n.º 1714,
Licenciamento Final;
(Aprovada em minuta - doc. dezanove da pasta anexa).

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram doze horas, da qual, para constar se lavrou a presente ata, que eu, Francisco José Pelicano Rúbio, técnico superior, da secção de recursos humanos e administração geral da UAF, designado para o efeito, nos termos do n.º 2 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 18 de setembro, subscrevi e assino juntamente com o senhor Presidente.

O PRESIDENTE


(João António Serranito Nunes)

O SECRETÁRIO


(Francisco José Pelicano Rúbio)